

# Superior Tribunal de Justiça

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.781.634 - DF (2018/0308423-9)**

**RELATOR** : **MINISTRO RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA**  
**RECORRENTE** : **VIPLAN VIAÇÃO PLANALTO LIMITADA**  
**ADVOGADO** : **MARCUS VINÍCIUS DE ALMEIDA RAMOS E OUTRO(S) - DF009466**  
**RECORRIDO** : **BENERICE CEZAR DE AGUIAR**  
**ADVOGADO** : **DEFENSORIA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL**

## DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto por VIPLAN VIAÇÃO PLANALTO LIMITADA., com fundamento no art. 105, inc. III, alínea "a", da Constituição Federal, contra acórdão do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios assim ementado:

*"AGRAVO DE INSTRUMENTO. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. CRÉDITO NÃO SUJEITO À RECUPERAÇÃO JUDICIAL. EXCESSO. AUSÊNCIA.*

*1. Não há a suspensão do processo de cumprimento de sentença quando se verifica que o título executivo judicial foi constituído após o pedido de recuperação judicial da empresa.*

*2. Deve ser afastada a tese de excesso de execução quando não há a demonstração, pelo credor, de que possui outros bens, além dos imóveis penhorados, aptos a quitar a dívida.*

*3. Negou-se provimento ao agravo de instrumento" (fl. 117 e-STJ).*

Os embargos de declaração foram rejeitados (fls. 142/148 e-STJ).

Nas razões do especial, a recorrente alegou violação dos arts. 1.022 do Código de Processo Civil de 2015 e 6º, 7º, 47 e 49 da Lei nº 11.101/2005.

Sustenta, preliminarmente, a nulidade do acórdão por negativa de prestação jurisdicional.

No mérito, afirma que a continuidade da execução do crédito é contrária à recuperação da empresa, princípio básico e essencial da Lei nº 11.101/2005. Por fim, defende que somente o Juízo da Recuperação pode dispor sobre constrição de bens.

Com fulcro nos argumentos expostos, pleiteia a reforma do acórdão.

É o relatório.

### DECIDO.

A irresignação não merece prosperar.

O acórdão impugnado pelo recurso especial foi publicado na vigência do Código de Processo Civil de 2015 (Enunciados Administrativos nºs 2 e 3/STJ).

De início, registre-se que agiu corretamente o Tribunal de origem ao rejeitar os embargos declaratórios por inexistir omissão, contradição ou obscuridade no acórdão embargado, ficando patente, em verdade, o intuito infringente da irresignação, que objetivava a reforma do julgado por via inadequada.

# Superior Tribunal de Justiça

Quanto ao mérito, o Tribunal recorrido aduziu o seguinte:

*"No mérito verifica-se que o crédito da agravada não se encontra sujeito à recuperação judicial, uma vez que o fato que o originou (acidente de trânsito) ocorreu em 21 de maio de 2011, aproximadamente três anos após o pedido de recuperação realizado pela recorrente em 2008. Aplicável ao caso, portanto, o art. 49, caput, da Lei nº 11.101/2005, que estabelece: 'Estão sujeitos à recuperação judicial todos os créditos existentes na data do pedido, ainda que não vencidos'.*

*Acerca do assunto, com propriedade, leciona o professor Sérgio Campinhol:*

*'Permitindo a recuperação judicial a continuação da empresa explorada pelo devedor, poderá ele, como naturalmente ocorrerá, contrair novas obrigações e adquirir, por isso, novos credores. Estes não ficarão, por certo, subordinados aos efeitos da recuperação judicial, os quais serão apenas para os credores antigos, isto é, para aqueles cujos créditos se encontrem constituídos na data do ajuizamento do pedido, ainda que não vencidos (artigo 49).*

*Como regra geral, não há qualquer restrição em relação aos credores não sujeitos aos efeitos da recuperação judicial, os quais poderão promover as ações decorrentes de seus direitos, inclusive sendo-lhes facultado requerer a falência do devedor, consoante assegurado no parágrafo único do artigo 73'.*

*Em tal contexto, descabe cogitar-se de eventual suspensão do cumprimento de sentença por força da referida recuperação judicial, além de ser inviável, igualmente, reputar-se nula a penhora autorizada pelo Juízo a quo, já que inexiste qualquer vício de competência na hipótese" (fls. 120/121 e-STJ).*

Como visto, o acórdão estadual foi prolatado em perfeita sintonia com a jurisprudência desta Corte Superior consolidada no sentido de que *"O art. 49 da Lei nº 11.101/2005 ao fazer referência a 'todos os créditos existentes na data do pedido', diz respeito àquelas situações essencialmente originadas antes do deferimento da recuperação judicial, quer dizer, débitos contraídos pela empresa antes da sua reconhecida condição de fragilidade"* (REsp 1641191/RS, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, DJe 23/06/2017).

No mesmo sentido:

**"AGRAVO REGIMENTAL NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO CONFLITO DE COMPETÊNCIA. DEFERIMENTO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL. MEDIDAS DE CONSTRIÇÃO DO PATRIMÔNIO DA EMPRESA. CRÉDITO EXTRACONCURSAL. COMPETÊNCIA DO JUÍZO DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL. AGRAVO IMPROVIDO.**

**1. São incompatíveis com a recuperação judicial os atos de execução proferidos por outros órgãos judiciais de forma simultânea com o curso da recuperação ou da falência das empresas devedoras, de modo a configurar conflito positivo de competência.**

**2. Tratando-se de crédito constituído depois de ter o devedor ingressado com o pedido de recuperação judicial (crédito extraconcursal), está excluído do**

# Superior Tribunal de Justiça

*plano e de seus efeitos (art. 49, caput, da Lei n. 11.101/2005). Porém, a jurisprudência desta Corte tem entendido que, como forma de preservar tanto o direito creditório quanto a viabilidade do plano de recuperação judicial, o controle dos atos de constrição patrimonial relativos aos créditos extraconcursais deve prosseguir no Juízo universal.*

*3. Franquear o pagamento dos créditos posteriores ao pedido de recuperação por meio de atos de constrição de bens sem nenhum controle de essencialidade por parte do Juízo universal acabará por inviabilizar, a um só tempo, o pagamento dos credores preferenciais, o pagamento dos credores concursais e, mais ainda, a retomada do equilíbrio financeiro da sociedade, o que terminará por ocasionar na convolação da recuperação judicial em falência, em prejuízo de todos os credores, sejam eles anteriores ou posteriores à recuperação judicial.*

*4. Agravo regimental improvido" (AgRg nos EDcl no CC 136.571/MG, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, SEGUNDA SEÇÃO, DJe 31/05/2017).*

Dessa forma, estando a pretensão da recorrente em sentido diametralmente oposto à orientação desta Corte Superior, revela-se inviável o acolhimento da tese recursal, com base na aplicação da Súmula nº 568/STJ.

Por fim, importante consignar que não estando o crédito sujeito aos efeitos da recuperação, torna-se despicando o debate sobre eventual alcance do efeitos suspensivo da apelação interposta pela recorrente nos autos do processo de recuperação.

Ante o exposto, nego provimento ao recurso especial.

Nos termos do art. 85, § 11, do CPC/2015, deixo de majorar os honorários recursais pela ausência de prévia fixação na origem.

Publique-se.

Intime-se.

Brasília, 02 de outubro de 2019.

Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA  
Relator